

DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE: construindo espaços de promoção de cidadania

ARAÚJO, Luana de¹
FONSECA, Ana Rafaella Martins²
GONZAGA, Gigliolla Marcelino³
MOREIRA, Camilla Gambarra⁴
AMORIM, Ana Luisa Nogueira de⁵
DIAS, Adelaide Alves⁶

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes/ Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos/

Centro de Educação/ Núcleo de Pesquisas e Estudos sobre a Criança

Projeto PROEXT

RESUMO

Nos dias atuais o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) tem se tornado cada vez mais importante nas relações cotidianas, portanto, é fundamental que sejam assegurados os direitos e deveres nele previstos. Considerando a vulnerabilidade desse grupo, o Programa de Extensão “Direitos da Criança e do Adolescente: construindo espaços de promoção de cidadania” tem como objetivo geral ampliar e fortalecer a cidadania e os direitos humanos das crianças e adolescentes na Paraíba. Nessa perspectiva, os discentes-extensionistas do projeto desenvolvem atividades que visem à divulgação e promoção do ECA por meio de curso de extensão, oficinas de formação sobre a temática para os agentes sociais e institucionais que atuam nas áreas de promoção, proteção e defesa dos direitos, oficinas pedagógicas nas escolas públicas, elaboração de cartilha e de vídeo e a organização de um Seminário Estadual que tem o propósito de viabilizar a criação de um Fórum Permanente de debates sobre o tema, visando à proposição de políticas públicas nessa área. O projeto tem um caráter socioeducativo, tanto para os extensionistas quanto para o público alvo, que possibilita o aprofundamento sobre o tema por meio de debates e a vivência direta com crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Adolescentes, Crianças, Estatuto, Direitos Humanos.

¹ Aluna Bolsista PROEXT/2013, Curso de Serviço Social. E-mail: luanaalza@hotmail.com

² Aluna Bolsista PROEXT/2013, Curso de Direito. E-mail: rafaella_mf@hotmail.com

³ Aluna Bolsista PROEXT/2013, Curso de Serviço Social. E-mail: gigliollamg@gmail.com

⁴ Aluna Bolsista PROEXT/2013, Curso de Direito. E-mail: camillagambarra@hotmail.com

⁵ Professora Orientadora. Centro de Educação, Departamento de Habilitações Pedagógicas. E-mail: analuisaamorim@hotmail.com

⁶ Professora Orientadora. Centro de Educação, Departamento de Habilitações Pedagógicas. E-mail: adelaide.ufpb@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído através da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, sendo um dispositivo legal específico que apresenta o tratamento que deve ser oferecido às crianças e adolescentes de nosso país, dentro de um âmbito de maior proteção e cidadania decorrentes da própria Constituição Federal (CF) promulgada em 1988.

O ECA foi especialmente criado para sistematizar os direitos e os deveres das crianças e dos adolescentes que devem usufruir dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, já presentes na CF (1988), apresentando a Doutrina da Proteção Integral. Também estabelece que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, ECA, 1990).

No entanto, essas prerrogativas nem sempre são asseguradas, sendo muitas vezes, até desconhecidas por muitos. Com o objetivo de ampliar e fortalecer a cidadania e os direitos humanos das crianças e adolescentes na Paraíba, os discentes-extensionistas do programa “Direitos da Criança e do Adolescente: construindo espaços de promoção de cidadania” desenvolvem atividades que visam construir um espaço permanente de diálogo entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e os agentes institucionais que atuam nas áreas relacionadas às crianças e aos adolescentes (DIAS, 2012).

DESENVOLVIMENTO

No desenvolvimento do projeto, inicialmente foram realizados estudos teórico-metodológicos sobre a temática, sendo os textos comentados e debatidos em reuniões com o grupo discente.

A parte prática do projeto começou com visitas às escolas e conselhos tutelares para conhecer a real situação das crianças e adolescentes em nosso estado. Nas escolas, um dos grandes problemas enfrentados pelo corpo docente em relação aos alunos foi a falta de respeito destes para com aqueles e o bullying que ocorre entre os próprios estudantes.

No conselho tutelar, verificamos que a maioria dos casos de denúncia está relacionada ao conflito familiar, que acontece quando os pais estão em separação e ocorre a alienação parental e ao intenso tráfico de drogas, com frequentes casos de usuários. Nestes casos, há negligência por parte dos pais ou responsáveis que são dependentes químicos e, geralmente, abandonam os filhos, havendo atuação do Conselho Tutelar.

Nesse sentido, o objetivo de divulgar o Estatuto da Criança e do Adolescente se apresentou como importante e necessário diante deste contexto verificado. A divulgação ocorreu por meio de curso, fóruns e oficinas de formação sobre a temática para os agentes sociais e institucionais que atuam nas áreas de promoção, proteção e defesa dos direitos. O objetivo principal do trabalho foi promover estudos e pesquisas sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio de palestras e debates, de modo a qualificar a intervenção desses sujeitos sociais nas ações que visem a garantia dos direitos humanos das crianças e dos adolescentes na Paraíba.

Para tanto, realizou-se o Curso de Extensão “Formação Social e Política sobre os Direitos da Criança e do Adolescente”, os Fóruns Temáticos e as oficinas pedagógicas “Dialogando sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)” que tiveram o objetivo de difundir o ECA. As oficinas pedagógicas foram realizadas nas escolas com atividades de intervenção social e acadêmica nas escolas. A experiência foi de grande enriquecimento, tanto para os bolsistas extensionistas, que puderam compreender a realidade local e também aprender com exemplos dados pelos alunos, quanto para os alunos das escolas públicas, uma vez que estes aprenderam um pouco mais sobre o tema, reconhecendo que tem direitos e deveres.

Nas oficinas pedagógicas com os estudantes nas escolas, foram abordados os direitos fundamentais, mas também foram enfatizados os deveres que cabem à eles. Asseverando que para cada direito, há também um dever, que deve ser igualmente cumprido. Assim, para ter sua personalidade respeitada como sujeitos de direitos, cabem às crianças e adolescentes cumprirem com seu papel na sociedade, seja estudando, respeitando o próximo e assumindo seu protagonismo.

Além dessas ações, o Programa de Extensão tem como um de seus objetivos a elaboração de um vídeo e de uma cartilha, cuja temática aborda os direitos da criança e do adolescente. Em suma pretende-se, através da cartilha e do vídeo, ampliar o conhecimento acerca do Estatuto, promovendo e construindo meios de discussão e apoio à propagação do ECA. Uma vez que o projeto ainda encontra-se em andamento, estas ações estão em fase de execução.

Também está sendo organizando um Seminário Estadual que tem o propósito de viabilizar a criação de um Fórum Permanente de debates sobre o tema com os agentes institucionais, visando à proposição de políticas públicas nessa área, que está previsto como atividade final do Programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa “Direitos da Criança e do Adolescente: construindo espaços de promoção de cidadania” teve por principal objetivo disseminar e promover o aprendizado a respeito do Estatuto das Crianças e Adolescentes.

Como visto, primeiramente atuou com a instrução dos alunos extensionistas, depois com uma pesquisa nas escolas e nos conselhos tutelares a respeito das principais dificuldades enfrentadas para que o ECA fosse efetivamente respeitado, e ademais, com a realização de Curso de Extensão, Fóruns Temáticos e oficinas pedagógicas nas escolas para crianças e adolescentes a respeito do tema.

Convém enfatizar que apesar de o assunto já ter sido muito divulgado pelas mídias e tecnologias atuais, uma das principais dificuldades enfrentadas pelos extensionistas que realizaram as oficinas foram o desconhecimento dos direitos e deveres pelas próprias crianças e adolescentes. Foi possível averiguar que muitos não tinham conhecimento de direitos fundamentais.

Enfim, o projeto, ainda em andamento, vem se desenvolvendo com o objetivo de ampliar e fortalecer os direitos sociais de crianças e adolescentes na Paraíba, através de atividades que permitem um contato direto entre os acadêmicos-extensionistas, profissionais que atuam na área e as crianças e adolescentes em sua realidade, visando a construção de espaços de proteção a cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 8.069/1990**. Estatuto da criança e do adolescente. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 16 jul 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.html> Acesso em: 11 jan. 2013.

_____. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 05 out 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 30 set. 2013.

DIAS, Adelaide Alves. **Direitos da criança e do adolescente**: construindo espaços de promoção de cidadania. João Pessoa: Programa PROEXT/2013/NCDH, 2012.